

Fronteira para a sustentabilidade da vida (dos humanos): o preço de tudo e o valor de nada ou o valor de tudo e o preço de nada?

João S. Furtado

Biólogo, educador em sustentabilidade. E-mail: jsf154@gmail.com

As posições defendidas, a respeito das mudanças do Código Florestal, mostram a grande dificuldade que está ocorrendo, nas discussões do tema. O mesmo tipo de dificuldade pode ser estendido às manifestações relacionadas à Sustentabilidade e ao Desenvolvimento Sustentável.

A respeito do Código Florestal, há manifestações favoráveis às reivindicações e atitudes de políticos e empresários, que buscam reduzir (e em muitos casos, eliminar) as exigências para manutenção obrigatória de áreas para preservação da biodiversidade, especialmente nas margens de rios, em determinadas elevações e declividades do terreno.

De outro lado, há outras contestações às justificativas dos primeiros, ao mesmo tempo em que apontam as consequências perversas, para os próprios humanos – os empresários inclusive – se as mudanças forem aprovadas.

As manifestações, a favor e ao contrário, trazem à tona a frase que foi usada para caracterizar os adeptos da economia convencional (que sabem o preço de tudo, mas o valor de nada) e os da ecologia profunda (que sabem o valor de tudo, mas o preço de nada). A frase (amplamente citada) é atribuída, originalmente, a Oscar Wilde, ao caracterizar o cínico (<http://www.quoteworld.org/quotes/10125>).

Há também os que admitem exageros nos extremos. Por isso, a frase serve para representar as posições dos que são contra ou são a favor das mudanças no Código Florestal e, por extensão, à sustentabilidade ou ao desenvolvimento sustentável.

Tanto no caso do Código Florestal, quanto a outros temas no setor produtivo, há pessoas (retumbante maioria) que são praticamente movidas por ganhos em dinheiro; pela manutenção da posse, pois, se sentem donos de determinado espaço físico (mesmo sem o título legítimo de propriedade); da paisagem (valores cênicos naturais); da água que transita na área ocupada (sob a forma de rios e córregos)

e, mesmo que inconscientemente, da água subterrânea que circula no território ocupado.

No caso de outros setores industriais, o sentimento de posse e de poder dirige-se para o acesso aos recursos naturais, pois, estes constituem os objetos diretos para a produção de bens e serviços, isto é, são as fontes de matérias primas para o sistema de produção e consumo humanos.

O modelo mental baseado no ganho e no poder não está restrito às pessoas cujo interesse principal é o negócio e o lucro financeiro, referido mundialmente como modelo *Bottom Line*. Trata-se, de fato, de conduta ampla, estruturada, organizada, acordada e validada pela sociedade humana.

Por isso, os praticantes do *Bottom Line* – sejam estes produtivo ou, pior ainda, financeiro – são cortejados e reverenciados pelos próprios consumidores ávidos por novos e mais produtos. São consumidores e produtores que não fazem questionamentos quanto à origem e natureza dos recursos usados na produção; à forma e maneira adotadas para produzi-los; à destinação posconsumo e, em especial, às conseqüências, de médio e longo prazo, para a própria sociedade humana. No mundo do *Bottom Line* as coisas são, regularmente, assim.

Não são decisões sábias e resultam de decisões e atitudes de pessoas que pensam saber o preço de tudo, mas, que não reconhecem o valor de nada. Que desconhecem, ignoram (intencionalmente ou não), ou menosprezam deliberadamente o conceito de bens difusos e se apoderam destes, indevidamente.

Estas pessoas não sabem ou desprezam o significado dos serviços ecológicos, dos quais os humanos dependem. São as pessoas que dirigem e promovem o *modelo usual de negócios* (internacionalmente chamado de *BAU Business as Usual*) – reconhecido como causador de danos provocados por práticas de produção e consumo insustentáveis.

A principal divergência entre os contestadores mais extremistas, em relação ao Código Florestal atual e às propostas de sustentabilidade econômica, ambiental e social, está no valor que as pessoas atribuem aos bens adquiridos, à individualidade praticada no ato de compra e ao direito de apropriação privada de bens e serviços, muitos destes de direito público.

Muitas lideranças políticas e econômicas tratam biodiversidade como coisa de chato, atrasado, inimigo de projetos de desenvolvimento industrial e econômico; de adversário da livre iniciativa, do empreendedorismo, do progresso e do sucesso.

A agenda das pessoas que imaginam saber o preço de tudo e o valor de nada não tem espaço para a responsabilidade a respeito dos riscos advindos do desaparecimento dos 7% remanescentes do Bioma Mata Atlântica; dos danos aos demais Biomas brasileiros Amazônia, Pantanal, Cerrado e Caatinga (embora este

pareça hostil para o empreendedor). Para muitos, a falta ou a extinção de biodiversidade, dos serviços ecológicos e de outros componentes do Capital Natural será resolvida pela tecnologia renovadora e reveladora da inteligência humana, da inovação competitiva e das forças de mercado.

Por que se preocupar com questões acadêmicas e da literatura científica – como o desaparecimento de manguezais e das áreas úmidas? Nascentes – a menos que sejam formosas cachoeiras – representam, para muitos, brejos a serem aterrados ou transformados em bebedouros para o gado na propriedade privada.

Agricultura intensiva em produtos químicos – em nome da produtividade, sem preocupações com a lixiviação de pesticidas para o lençol freático e áreas de recarga de aquíferos? Qual é? É preciso ter escala, para gerar renda, atender à demanda de alimentos e combater a fome, dizem os líderes empresariais e acólitos políticos.

Prevenção de enchentes por causa a ocupação de margens dos rios nas zonas urbanas? Bobagem. Dragagens darão conta e evitarão restringir as oportunidades para o avanço imobiliário, geração de negócios com empreendimentos de grande porte, centros comerciais, novas áreas de ocupação econômica. Certamente a engenharia hidráulica e, esperançosamente, a sanitária encontrarão meios de prevenir enchentes e evitar problemas de saúde pública, sem necessidade de zonas de amortecimento para infiltração de água de chuva.

Água subterrânea? Para que, se ninguém a vê? Zonas de recarga de aquíferos? Que chatice. Rios poderão ser domesticados com barragens e contenções com obras de engenharia majestosas, criadoras de empregos, expansão urbana e, esperançosamente desejados mas até agora não evitados, conflitos e impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes.

Obrigação de novas exigências no código de obras, para áreas urbanas altas, a fim de reter água de chuva e dar tempo para escoamento e prevenção de alagamentos? Deixe disso e não impeça o progresso demográfico e imobiliário.

Avaliação integrada de impactos? Por que complicar e impedir cronogramas e planos de desenvolvimento regional? Quando e se os problemas imaginários ocorrerem, os responsáveis, na época, irão resolvê-los, dizem os expoentes dos *negócios usuais*. Especialmente os representantes de plantão nos governos. Por isso, toda a sociedade arca com os custos das externalidades perversas.

Produção local? Que história é essa? É preciso pensar grande; grandes corporações globais, dominadoras mundiais do mercado, comandadas por *tycoons* descolados de limites de ordem ecológica (infelizmente intangível) e da responsabilidade para inclusão social. Afinal, são iniciativas de mercado que criam emprego e renda.

Será que produtores e consumidores *Bottom Line* irão parar para refletir?

O fato é que existem modelos mentais diferentes, negócios diferentes e atitudes diferentes de pessoas capazes de ver o quadro por inteiro. Que propõem outro tipo de ética – descolada da apropriação privada de bens comuns; que olha o futuro sem se basear nos equívocos do passado e que pensam em escala de tempo que vai além de apenas uma geração.

Cedo ou tarde, a sociedade humana – especialmente os que ocupam responsabilidade de governar os bens da nação e não os interesses de grupos privilegiados – terá que decidir a respeito de quem deverá pagar pelas externalidades negativas geradas pela produção e consumo insustentáveis.

Atualmente, é possível reconciliar economia (míope) com a sabedoria (visão de longo prazo) para a evolução para melhor, respeitando-se os limites de reposição dos estoques de recursos naturais que são extraídos anualmente e a manutenção da capacidade de bioconversão de despejos derivados do sistema de produção e consumo de bens e serviços.

Existem métodos para se avaliar e contabilizar o resultados das práticas de produção e consumo, apesar das limitações. É assim como no caso dos cálculos da Pegada Ecológica, Pegada do Carbono, Pegada Hídrica, Pegada Social; da Ecoeficiência e da Socioeficiência; da avaliação do uso de energia na eficiência econômica (sim, medida em moeda corrente), da Emergia e Exergia. Podem parecer termos estranhos para as pessoas que *sabem o preço de tudo, mas não o valor de nada*. Mas, estes também têm lá seus jargões pouco conhecidos para os que *sabem o valor de tudo, mas o preço de nada*.

Produtores de bens e serviços essenciais e seus defensores, especialmente no poder político, já dispõem de suporte para conduzir suas práticas de forma mais inteligente e, acima de tudo, mais sábia. [Por razões óbvias, não estão incluídos, aqui os operadores financeiros usuais, cujo negócio é produzir dinheiro].

Mas, é preciso que estejam dispostos e rever seu modelo mental, o tipo de ética praticado e as ferramentas usadas. Mais do que tudo, precisam reavaliar suas condutas frente às relações e ao respeito às expectativas e direitos das demais partes envolvidas, inclusive os domicílios sem renda (alvo do PIB Verde, em construção) e de pessoas que habitam a *base da pirâmide*.

Há, portanto, dificuldades para serem enfrentadas. Mas, há exemplos (embora poucos reais) de mudança de modelo de conduta, de pessoas que *sabiam o preço de tudo e o valor de nada*.

A mudança de modelo ocorre quando tais pessoas refletem a respeito de seus papéis sociais e ambientais; quando são expostas a situações de conflito ou de estresse, de ordem particular ou em seus negócios; ou quando são obrigadas a cumprir conformidades sob o peso de contingências de diferentes origens e

FURTADO, João S. Fronteira para a sustentabilidade da vida dos humanos o preço. **RevInter Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade**, v. 4, n. 2, p.87-91, jun. 2011.

natureza. Todavia, cumprir conformidade é assunto que causa desconforto ao ser tratado, uma vez que não constitui virtude, mas, obrigação legal e regulamentada.

Conformidade é assunto ainda mais constrangedor, quando se verifica o não cumprimento deliberado e o fato de que tal atitude alimenta ou cria condições para o surgimento de vetores que afetam, enormemente, a sustentabilidade: corrupção e desonestidade.

Produzir e consumir com sabedoria e inteligência, praticar atos com responsabilidade econômica, ambiental, social e de governança são, em grande parte e infelizmente, discurso e, em muitas situações, de relações públicas.

A esperança está em novas atitudes de inconformados e dissidentes que ofereçam exemplos e de outros atores que aproveitem as novas formas de cooperação, compartilhamento e visão de futuro. Mesmo sabendo-se que, hoje, prevalecem modelos mentais errados, instituições erradas, comportamentos errados e pessoas obstinadas em não aprender a reconhecer o valor de tudo e o preço – tangível e intangível – das coisas relevantes para a sustentabilidade da vida dos próprios humanos.